

DALCÍDIO JURANDIR E O HERÉUS DE MARAJÓ

Fábio Fonseca de CASTRO

Universidade Federal do Pará

Secretário de Estado da Comunicação no Governo do Pará.

RESUMO: O artigo observa sociologicamente a obra de Dalcídio Jurandir, procurando perceber como o autor faz refletir, na estrutura das relações sociais que envolvem os personagens, as relações de parentesco peculiares e tradicionais do espaço marajoara. Por meio de uma abordagem hermenêutica, evocam-se os processos locais de aliança matrimonial, “hereificação”, transmissão de nomes e formatação do capital social e simbólico da sociedade marajoara. Sugere-se que as tramas do romance empreendem uma leitura sensível de processos sociais concretos e que, muitas vezes, evocam sujeitos e acontecimentos que tiveram lugar, efetivamente, na vida cotidiana e familiar dos campos de Marajó.

PALAVRAS CHAVE: Dalcídio Jurandir, caboclos, heréus.

RESUMÉE: L'article observe sociologiquement l'oeuvre de Dalcídio Jurandir en cherchant à percevoir comme l'auteur fait refléter, dans la structure des relations sociales qui conduisent les personnages, les relations de parenté particulières et traditionnelles de l'espace marajoara. Avec une abordage herméneutique, on évoque les processus locaux d'alliance matrimoniale, d'«hereificação», transmission de noms de famille et de construction du capital social et symbolique de la société marajoara. On suggère aussi que les trames du roman entreprennent une lecture sensible de processus sociaux concrets et que, plusieurs fois, évoquent des sujets et des événements qui ont eu lieu, effectivement, dans la vie quotidienne et familière des champs de Marajó.

MOTS-CLÉS: Dalcídio Jurandir, caboclos, heréus.

*Doutor em sociologia pela Université René Descartes (Sorbonne – Paris V).

A sociedade que os portugueses estabeleceram nos campos abertos da Ilha Grande de Joanes, posteriormente conhecida como Marajó, pode ser compreendida, em seu plano histórico, como uma sociedade agrária regida por teias firmes de parentesco e por estratégias complexas de exclusão e diferenciação social. Narrador atento dessa sociedade, escritor de cariz etnográfico, Dalcídio Jurandir construiu, com seu “Ciclo do Extremo Norte”, um painel cuidadoso das formas de controle social que, nessa sociedade, associaram-se à construção do parentesco. Nosso objetivo, neste artigo, é observar como a literatura de Jurandir descreve o conflito social que identificamos, em nosso trabalho de pesquisa, como “o enigma dos heréus” (CASTRO, 2002). Esse “enigma” pode ser compreendido como um conjunto de práticas sociais de exclusão centralizadas nas figuras da identidade e do parentesco e mediadas pelo mecanismo que M. Mauss identificou como o “dom”, ou a “teoria da dádiva” (MAUSS, 1991).

Recapitulemos brevemente nossa perspectiva, para melhor comentar como vemos presente, na obra de Jurandir, o tema dos “heréus”. Propomos que o processo de colonização do Marajó foi marcado pela construção de um patriarcado rígido e conservador e que a eficiência econômica do criatório ali instalado exigiu o estabelecimento de mecanismos de conservação de propriedades de grandes dimensões, fundamentais para a viabilidade dessa atividade num solo de poucos nutrientes e sujeito a periódicas inundações (CASTRO, 2001). Propomos ainda a percepção de que esse sistema ecológico-econômico engendrou práticas culturais específicas, não necessariamente localizáveis em outros sistemas agrários semelhantes do Grão-Pará colonial. Enfim, sugerimos que, dentre essas práticas culturais pode-se observar estratégias de transmissão restritiva da posse familiar: alianças matrimoniais endogâmicas, a valorização social de defeitos genéticos congênitos, causados, justamente, por essa endogamia e, dentre várias outras, a formação de uma camada social mediana, formada por parentes parcialmente excluídos da condição de proprietários e, portanto, financeiramente empobrecidos, mas não

inteiramente excluídos do sistema social, justamente por serem reconhecidos como “parentes”, ou “agregados”, e assim, portanto, economicamente, ainda, ativos. A essa camada social denominados “heréus”, que em português arcaico significa, exatamente, “os que não herdam” e que foi um vocábulo corrente no tratamento público da demarcação de terras na Ilha do Marajó (cf. a coleção do Diário Oficial do Estado do Pará, onde, especialmente nas coleções de até os anos 1930, o termo heréus é corriqueiro nos registros de posse, alienação e herança das terras da Ilha de Marajó).

Poder-se-ia, para tornar clara uma esquematização da partilha do poder, nessa sociedade, compreendê-la como estando formada por três camadas sociais mais nítidas: os herdeiros, os heréus e os “caboclos”. Os herdeiros são aqueles indivíduos privilegiados que pertencem aos núcleos centrais das grandes famílias marajoaras, os parentes mais próximos dos grandes senhores, sobre os quais incidem os privilégios de grupo social abastado, imediatamente associado aos grupos de poder político e econômico de Belém. Os heréus são parentes menos importantes e certamente já não “ricos”, que rogam-lhe os favores e envaidecem-se de suas origens familiares nesse patriarcado. Os “caboclos”, enfim, são os demais indivíduos da sociedade, a larga camada social formada por descendentes das sociedades pré-americanas, trabalhadores rurais, habitantes das vilas, empregados das grandes fazendas, forros e, eventualmente, pequenos criadores. Algumas vezes mais bem estabelecidos que os heréus, não possuem, no entanto, esse elemento de diferenciação que, a estes, recaem sob a condição do sobrenome, das alianças familiares herdadas ou a tecer, das marcas genéticas, das amizades e camaradices aos parentes herdeiros.

Isto considerado, desejamos demonstrar como a obra de Dalcídio Jurandir conforma, fundamentalmente, uma narrativa sobre os heréus. Dentre os elementos que se pode, ali, observar, ressaltam a relação paradoxal que os personagens centrais da trama – heréus todos eles, em sua condição histórica, social e cultural – mantêm com os demais personagens reconhecíveis como “herdeiros” ou

“caboclos”. Os temas correlatos a essa situação paradoxal dizem respeito às dinâmicas identitárias que, simbolicamente, instituem a categoria social dos heréus. Seriam elas o memorialismo – e talvez o saudosismo –, de tom sebastianista, tão próprio às elites decadentes de toda a América portuguesa; a formação tópica de uma identidade “negativa”, construída sempre por oposição e por denegação à identidade “inferior”, a pertencente aos “caboclos” e com a qual, no entanto, se encontra tantas afinidades; a construção de estratégias de reprodução social centradas em estratégias de apadrinhamento, compadrio, alianças matrimoniais e ocupação partilhada da terra; a percepção complexa, repleta de codificações simbólicas - do espaço ambiental-social marajoara.

A obra de Dalcídio se reporta amplamente ao jogo de papéis sociais dos campos de Marajó. Nela, os heréus despontam como indivíduos associados à estagnação econômica e social da região, na medida em que representam, por excelência, a crise, a decadência, o sebastianismo¹ tão afeito à colonização lusitana da Amazônia. O exemplo mais dramático, talvez, ocorre no romance *Chove nos Campos de Cachoeira*, livro inicial das obras que compõem o chamado *Ciclo do Extremo Norte*². Centralizaremos nossas observações nessa obra, inaugural da literatura de Jurandir.

¹ Entenda-se «sebastianismo» como o sentimento de nostalgia e de melancolia em relação a um futuro perdido, ou como a crença utopista e messiânica num resgate do passado, tão peculiares à civilização portuguesa. O termo refere o rei d. Sebastião, morto aos 24 anos, sem descendentes, numa batalha em África. Sua morte viabilizou a passagem do trono português para a coroa de Castela, engendrando a união ibérica, que perduraria por 60 anos. A crença atemporal num «retorno» de d. Sebastião – com a conseqüente redenção e libertação do país – se tornou um elemento fundamental da cultura portuguesa, legando muitas variáveis a seu mundo colonial.

² O “Ciclo do extremo norte” é composto por “Chove nos campos de Cachoeira” (1941, escrito entre 1929 e 1939), “Marajó” (1947), “Três casas e um rio” (1958), “Belém do Grão-Pará” (1960), “Passagem dos inocentes” (1963), “Ponte do Galo” (1971), “Os habitantes” (1976), “Chão de lobos” (1976), “Ribanceira” (1978, último romance do Ciclo, concluído em 1970).

Obra polifônica, narrada num discurso indireto livre que permite a erupção simultânea de muitos personagens, o romance traça um painel amplo da configuração social da pequena vila de Cachoeira em algum momento no começo do século XX. Os herdeiros são apresentados de forma bastante firme, objetiva, mas apenas indiretamente ligados à trama: na figura de um certo coronel Bernardo, antigo prefeito, já falecido; na figura de sua mãe, d. Guilhermina, e na figura de um rapaz, Rezendinho, que estuda em Belém e que, nas férias, engravida uma moça pobre do lugar, Irene – na verdade heréia – fornecendo à trama um de seus motores. O fazendeiro é marcado por sua extremada generosidade e pela incompetência em administrar o imenso patrimônio e sua mãe o é pela ganância e pela sovinice.

Os heréus, nesse romance, são representados em, ao menos, duas conformações sócio-históricas características. A primeira delas envolve um grupo de personagens que, leitores críticos da própria decadência social, encontram algumas forças para superar sua condição. A segunda conformação sócio-histórica de heréus reúne os personagens que, incapazes de qualquer produção de sentidos lúcida a respeito da própria condição, não conseguem reunir essas forças e entram num processo de decadência social, simbolicamente marcante na sociedade marajoara, que pode ser chamado de “caboclição”.

Fazem parte do primeiro grupo de personagens o núcleo central da trama, composto pela família do major Alberto Coimbra e de sua companheira, d. Amélia, com os filhos de um primeiro casamento dele - Eutanázio e suas três irmãs, ausentes – e com seu filho comum, o menino Alfredo, cuja história centralizará a maior parte da narrativa do *Ciclo do Extremo Norte*. Heréus em sua condição histórica, não o são senão parcialmente em sua condição social. Isto porque a família se encontra ligeiramente expurgada da condição aparentemente privilegiada da hereificação - em função de uma aliança social estabelecida “com gente inferior”, os caboclos – no caso a união do major com d. Amélia.

Com efeito, a mudança social verificada é discretamente apresentada como positiva, posto que o casal e seu filho Alfredo parecem dispor de condições econômicas, psicológicas e morais consideráveis para a superação de sua condição. Esses três personagens parecem fazer uso da razão, num espaço social marcado pelo obscurantismo, pelo medo, pela covardia. E, em acréscimo, são associados ao desejo pelo conhecimento, tanto em seus aspectos mais formais e eruditos, como no caso de Eutanázio e Alfredo, o menino reflexivo que parece ser fadado aos estudos, como em seus aspectos tradicionais e populares, como no caso de d. Amélia, que detém um conhecimento que pode ser descrito como “sabedoria popular”. A crença na possibilidade superação social por meio dos estudos e do uso da razão é, na verdade, um dos elementos ideológicos e éticos centrais da obra dalcidiana. Aliás, é um elemento perfeitamente coerente com sua própria trajetória de vida e com os valores que sempre defendeu. Do mesmo modo, essa crença parece indicar sua proposição crítica fundamental no que se refere à lógica de exclusão social presente na sociedade ocidental, com um todo, e na sociedade marajoara, em especial.

A condição social privilegiada do major Alberto é clara. Major da Guarda Nacional – título de prestígio no século XIX e ainda importante no começo do século XX – sabe-se que ele nasceu em Belém, mas que era neto de alguém que residia no engenho do Curral Panema e que foi morto pelos cabanos, em 1835 (JURANDIR, 1991, p.66). Não está claro se o seu avô era o proprietário do referido engenho. Talvez fosse apenas um heréu aparentado ao herdeiro dessa propriedade. Porém, a condição de ter sido morto pelos cabanos é um signo claro da sua origem familiar no patriarcado amazônico, posto que o *terror* cabano consistiu no assassinato dos membros das elites locais, notadamente dos proprietários rurais e militares.

Além disso, é muito significativo o fato coincidente de seu nome ser Alberto e de ter nascido no engenho do Curral Panema. Não conhecemos nenhum registro sobre um engenho com esse nome, mas Curral Panema é o nome de um “retiro” – ou seja, de uma sub-

sede, elemento administrativo típico do sistema agrário marajoara – pertence à fazenda Curral de Meias, grande herança marajoara da família Silveira Frade, uma das famílias mais importantes desse patriarcado. A isso acrescenta-se o fato de que, ao menos desde 1720, a cada geração dessa família há ao menos uma pessoa com o nome de Alberto, cabendo notar que a repetição do nome dos herdeiros, notadamente dos herdeiros seus padrinhos é, para os heréus, uma estratégia importante de preservação da condição social.

Isso demonstra que o major Alberto, apesar de “vir de Belém”, tem raízes, ainda que simbólicas, no patriarcado marajoara. Sua condição social é notadamente superior à dos caboclos e nitidamente inferior à dos fazendeiros. Homem culto, foi jornalista, rábula, professor e, talvez se possa dizer, cientista amador, se se levar em conta seu interesse pirotécnico, campo no qual tinha uma “brilhante experiência” (JURANDIR, 1991, p.67).

A família do major Alberto deixada em Muaná é evocada por meio de um campo semântico qualificativo de sua condição social privilegiada – ainda que econômica e socialmente decadente. As três filhas ali deixadas permaneceram solteiras, situação comum às heréias prejudicadas pela ausência de um pai ou avô preocupado em lhes constituir alianças. Uma delas, “muito frágil com a brancura de freirinha que nunca apanhou sol, tateava pela casa velha e triste” (JURANDIR 1991, p. 68). Esses qualificativos têm um papel fático na trama: a cor clara da pele foi sempre, no patriarcado marajoara, um distintivo de condição social, um marcador simbólico útil aos heréus. Ademais, a referência a uma casa que é, ao mesmo tempo, velha e triste, confere aos personagens essa condição paradoxal de, ao mesmo tempo, terem e não terem, serem e não serem: a casa, que não obstante têm, e que é velha (num sentido que pode ser de antiga, prestigiosa, tradicional), é, ao mesmo tempo, triste – na sua condição de empobrecida e vazia.

Os caboclos são “pobres”, mas os heréus são “empobrecidos”. Nessa diferença de qualificativos reside todo um imaginário social, pleno de tensão e, algumas vezes, de lirismo.

O segundo grupo de personagens hereificados reúne os personagens que, incapazes de qualquer produção de sentidos lúcida a respeito da própria condição, entram numa espiral de decadência social mais nítida, perfazendo, social e simbolicamente um processo de “cabocliização”.

Esse grupo é representado, principalmente, por uma família bastante empobrecida da qual sabe-se, no passado, “ter tido alguma coisa”. É a família de Seu Cristóvão, composta pelo velho, que ao fim da vida teve de vender arroz docê no mercado público para sustentar a esposa e as muitas filhas e netas. Seu único filho homem, Cristino, seguindo esse processo de cabocliização, tornou-se vaqueiro e cantador, e com frequência some-se da casa paterna, buscando trabalho nos campos mais distantes.

Interessante observar que a passagem da hereificação para a cabocliização pode, tanto no romance de Jurandir como na vida marajoara, demorar-se várias gerações ou acontecer mais rapidamente, o que parece ter sido o caso de Cristino e de Irene, sua sobrinha de mesma geração, que, ao contrário das suas irmãs mais velhas e tias, se mostram bem menos incomodados, envergonhados, da condição social rebaixada. Irene, a que fora engravidada – e esquecida – pelo herdeiro Rezendinho, por exemplo, assume a gravidez – um motivo de vergonha para as tias e irmãs – sem maiores problemas.

Podemos definir a cabocliização como um processo de mobilidade social. Sua dinâmica simbólica é heterogênea, refletindo de maneira desigual o que tende a ser homogêneo no plano econômico. Assim, a decadência econômica que é comum aos membros de uma família resulta diferenciada, simbolicamente, no plano da subjetividade.

Por essa razão, a família de Seu Cristóvão apresenta comportamento diferenciado em relação à seu processo de decadência social. O chefe da casa, que, no passado, “possuía a sua fazenda” (1991, p. 127), apresenta-se cansado e resignado diante do infortúnio familiar. Não tem forças para conter a ansiedade feminina que o cerca:

“O velho vestiu o dólma, arrastou os tamancos pela escada, saiu com o sol em brasa. Andou pela vila como se não conhecesse ninguém. Anoteceu, e debaixo de uma árvore, no campo, o velho Cristóvão cochila, quer um grande silêncio para a sua velhice” (JURANDIR, 1991, p.60).

Aguarda a morte, absolutamente imerso numa visão de mundo que não admite a mudança, a agilidade e a superação da condição histórica. Sua esposa, por sua vez, bem como uma filha do primeiro matrimônio, Raquel, externalizam com mais frequência a sua revolta. Dona Dejanira, enuncia em permanência sua desgraça: “Não tem senhora no mundo mais infeliz do que esta que o senhor está vendo”, diz ela a Eutanázio (1991, p. 126). A falta crônica de dinheiro e a ausência de perspectivas de futuro fazem com que o personagem se encontre imobilizado, incapaz de cumprir a missão de conduzir o grupo, que o restante da família, aparentemente, lhe outorga.

Essa revolta é mais efetiva em Raquel, uma das filhas do primeiro matrimônio de Seu Cristóvão. Orgulhosa, explode de raiva frequentemente, notadamente quando a *ignorância* da família ameaça evidenciar o processo de cabocliização que a ameaça. Por ignorância entenda-se a descompostura, a falta de dignidade, a ausência radical da postura e da moral dos heréus, em franca dissipação. Os escândalos da casa sucedem-se e são acompanhados pela vila de Cachoeira. Como se teatralizassem um drama que, tal como não é, desse modo, privado, não é, igualmente, único. Com efeito, trata-se de um drama bem conhecido de todos em Marajó: a dolorosa cabocliização de famílias heréias. Um drama que tem cores próprias e que supera a individualidade dos casos. Um drama que se repete, em Marajó, sobretudo na primeira metade do século XX, com texto próprio. Quando pensava na casa de Seu Cristóvão, “Eutanázio só via miséria”, como “em parte nenhuma mais” (1991, p.211).

Quando o noivo de Bitá, uma das filhas de Seu Cristóvão, rompe o noivado, a família se descontrola e produz uma cena de briga que acaba ressaltando a situação de anomia experimentada. Tratava-se da única esperança de superação da condição econômica

vivida: o casamento de um dos seus membros. A condição nubente do personagem conforma, de certa maneira, o capital mais valioso da família de Seu Cristóvão. Não obstante, como é sabido por toda a vila, Bita já está passando da idade de casar e é conhecida pela seqüência de muitos noivados fracassados. Desse modo, o noivado rompido gera a impressão de uma dissipação catastrófica desse capital restante e a definitiva condenação da família à decadência social.

Como já dissemos, o casamento, ou melhor, a *aliança* matrimonial, é um mecanismo importante de preservação do status social dos heréus. A aliança que se configurava para Bita, posto que se daria com um homem trabalhador e em ascensão social, mas não pertencente ao patriarcado marajoara, não efetivaria capital simbólico ou social para a família, mas, ao menos – o que já representava uma salvação para todo o grupo – constituiria um capital econômico que se demonstrava vital. Nos limites da caboclicização o que importa é sobreviver, ter o que comer, e já não mais ter histórias a contar. É nesse sentido que o desfecho reservado por Jurandir ao personagem Irene completa o ciclo da decadência social vivida pelo grupo.

Efetivamente, Irene representa a definitiva quebra de um capital simbólico e social próprio aos heréus, coisas que, ademais, não lhe dizem respeito. Ela é a única da família que não possui o ethos dos heréus. Até mesmo Cristino, quando parte para o Alto Arari em busca de trabalho, sente vergonha da família e sai dizendo que “a sua casa era um ninho de escândalos” (1991, p.126). O mesmo não se dá com Irene: ela verbaliza a todo momento a condição social que todos, com mais ou menos angústia, se esforçam por calar. Por exemplo, na cena em que, sobrando comida ao almoço pelo fato de Bita, amargurada, haver perdido o apetite, sem pudor e com uma muito grande ironia, comenta: “Desta vez rendeu... Bita não quer comer mesmo? Rendeu” (1991, p.131).

Jurandir enuncia, por meio do frescor e da vivacidade de Irene – bem como, de outro modo, por meio do frescor e da vivacidade de Alfredo, fruto de uma união entre classes, como já observamos – sua teoria, de índole marxista, sobre o progresso histórico: é com a

superação das ideologias deterministas de classe que se pode gerar a renovação social. Irene e Alfredo conformam superações dialéticas, prodigalizam autocríticas sociais. São personagens vivos diante de tantos outros personagens mortos – sepultados no imobilismo produzido pelas ideologias de classe que os envolvem.

Nesse sentido, também se pode dizer que a vitalidade de Irene e Alfredo constituem, na obra de Jurandir, um elogio do humano. Um elogio, igualmente, de cariz marxista e que corresponde, no horizonte desse humanismo dalcidiano, a um elogio da vitalidade do “povo”, da base social. Desse modo, é por meio da caboclicização, ou seja, de uma naturalização do mundo, que se torna possível uma redenção social. Irene e Alfredo são produtos dialéticos da superação da condição histórica do Marajó.

Mas são, aí, a exceção. Também pertencendo ao grupo social formado pelos heréus que não têm lucidez a respeito da próprio processo de caboclicização tem-se o casal Domingão e Emiliana, representados ridiculamente pela voz de Irene, que imagina-os, desprovidos de toda graça, a dançarem a mazurca. A aura – e a ética – da decadência, própria a todos os heréus, apresenta-se na cena em que o personagem Eutanázio encontra-os de mesa arrumada, rica na sua baixela e na prataria, mas sem ter o que comer, aguardando eternamente um jantar que não fica pronto jamais:

(...) A mesa arrumada, alguns pratos antigos e caros, uma terrina branca e alta, dois copos cheios d'água. A terrina vazia, os pratos vazios e pelo corredor se podia ver o fogão apagado. (...) Eles dois que esperavam o imaginário almoço deitaram sobre Eutanázio um olhar tranqüilo e feliz que perturbou o visitante. Estariam loucos? Perguntou ele a si mesmo. Ou eu? Eles nada disseram, ficaram naquela atitude tranqüila e beata esperando o almoço. A mesa estava posta. Tinham retirado do velho e roído guarda-louça os últimos pratos, o resto da louça da passada fortuna. E esperavam. (...) Os dois gordos deviam pesar sobre as velhas cadeiras aflitas não só com o peso da sua gordura mas do seu passado morto (...) (1991, p.181).

Essa seqüência de signos estabelece, claramente, o campo semântico de uma decadência. Com efeito, ele sugere os limites mais subjetivos de uma decadência, na medida em que associa a decadência econômica a um distúrbio psicológico.

Além disso, novamente encontramos esse jogo de nomes, tão comum à obra de Jurandir e ainda não bem percebido. O nome dos personagens, também aqui, fornecem pistas de uma dimensão diegética da obra dalcidiana. Domingos é o nome mais importante, repetido a cada geração, dos herdeiros da família Pereira Lima, de grande importância para o patriarcado marajoara. Um nome que ecoa, freqüentemente, em outras famílias importantes de Marajó. E Emiliana, igualmente, constitui um código de referência à família dos Silveira Frade, onde é comum. Seguindo a mesma lógica, cabe ressaltar que o nome Cristóvão, que batiza mais um personagem que fora fazendeiro – e que agora vendia arroz doce no mercado da vila de Cachoeira – é bastante usual em outra família de fazendeiros marajoaras, os Gama da Silveira, centrados no município de Muaná.

Seguindo a mesma lógica, note-se que Bernardo, nome com que batiza o personagem que fora coronel e prefeito de Cachoeira, fazendeiro opulento, muito se assemelha a Bertino, nome de outro coronel, prefeito de Cachoeira, também fazendeiro opulento no século XIX e, exatamente tal como o personagem, conhecido pela generosidade. E em sua mãe, dona Guilhermina, ecoam, igualmente, as características de ganância e sovínice. Bem conhecidas da verdadeira – que não se chamou Guilhermina – gente pertencente à família Lobato, de grande importância histórica na região. Jurandir, enfim, reconta histórias muito bem conhecidas em Cachoeira e por todo Marajó.

Chove nos campos de Cachoeira tematiza o universo mental dos heréus e suas circunstâncias históricas. No romance, é esse corpo social híbrido, com suas múltiplas facetas, que toma a cena. Herdeiros e caboclos são personagens secundários. Os caboclos, no romance, constituem um elemento de apoio para que se desenhe o quadro social pretendido. Assim, *Chove nos campos de Cachoeira*, respeitadas as

outras zonas sociais presentes no romance como também na vida real, é um romance sobre os heréus em processo de “cabocização”, e é sobre eles que Jurandir desenha seus quadros mais completos.

De fora desse grupo, apenas Felícia, *cabocla* de “*joelhos sempre tuíras, as mãos cheias de golpes*” (1991, p.92), prostituída e sífilítica, vivente da mais terrível miséria, atravessa o romance como um personagem de maior ressonância, fornecendo mais uma vez à trama a temática também messiânica da fatalidade, do destino pessoal e social como cartas marcadas – uma temática, aliás, própria do imaginário marxista que formou o autor.

Note-se, nesse sentido, o momento culminante da trajetória de vida do personagem, quando, na mesma noite em que fora abandonada por um soldado – esperava-o numa canoa ao meio do rio, para fugir com ele, como combinado, para Belém, mas ele escondeu-se sob o toldo de seu navio e permitiu que seus companheiros a vaiassem – e perdera nas águas um broche, seu único objeto de algum valor, seu pai, o Souza, entrou em casa embriagado, mas numa “sagrada atuação” (1991, p.92), como que para anunciar-lhe, ou confirmar-lhe o destino:

Havia nele qualquer coisa de grande e de puro naquela roupa imunda, no rosto inchado, nas mãos molhadas e nodudas/

– Hum! Te tirar o sangue, não! Tá dentro do sangue isso. Tinha de se dar. É do sangue. Não? (1991, p.92).

Pensamos que os heréus e o corpo social híbrido, senão também os herdeiros, são zonas sociais delimitadas por fronteiras éticas. As simbologias dessas fronteiras éticas compõe, com messianismo (sebastianismo) e com fatalidade, as topais identitárias de seus indivíduos e personagens. Assim é que a fatalidade da vida de Felícia está em estar condenada a ser *cabocla*, com todas as privações e limitações que essa zona de pertencimento social implica em Marajó. Porém, da mesma forma, parece pensar Cristino, a seu plano, posto que se nega, determinadamente, a “ser algo na vida”. A postura desses

personagens diante do fatalismo de seus destinos possui uma similitude direta ao messianismo característico dos personagens nos quais melhor se concretiza o ethos heréu do romance, tal como em Domingão, Emiliana, Seu Cristóvão e Raquel.

A atitude sebastianista dos heréus se revela também como uma fatalidade. É Eutanázio, tomado de uma angústia profunda que jamais ousa informar, manifestar, que tem a consciência principal do romance: é ele, mais que qualquer outro habitante de Cachoeira, que percebe e acompanha o processo de decadência social e econômica da vila e dos campos de Marajó. Desempregado, sustentado pelo pai, incapaz para toda forma de comunicação, apaixonado silencioso mas até a mais profunda dedicação por Irene e contaminado de sífilis por Felícia, Eutanázio concretiza a percepção do drama fatalista de Marajó: em meio a uma sociedade imobilizada, onde tudo é silêncio e mentira, só o seu puro pensamento, parece sugerir Jurandir, é capaz de perceber as teias que fazem daquela ética social uma estrutura estapafúrdia, cruel, de controle social.

É Eutanázio quem poderia fazer, se desejasse, a revelação do que fora calado. Apenas ele poderia desvelar os simbolismos do pacto ético de Marajó, mas ele não o consegue. Possuidor do poder narrativo, escritor mental, conhecedor de todos os códigos, tudo o que consegue escrever são “bobagens sentimentais”. Deixa-se morrer, deixa de narrar, adere ao padrão fatalista-sebastianista da ética dos heréus – ou de todos os marajoaras. Adere à fatalidade de seu próprio nome, Eutanázio – desde o começo da obra, na verdade, que outra coisa fazia Eutanázio senão, lentamente, de amor e sífilis, deixar-se morrer? – relevando um pequeno jogo de palavras com as quais Jurandir batiza alguns de seus personagens.

Quando mais tarde o ciclo de romances de Jurandir desloca-se para Belém, o papel dos heréus – próprio aos campos de Marajó – encontra continuidade no papel dos decadentes do látex, também afeitos ética e esteticamente a um processo de decadência, de dispersão, de naufrágio. É por volta do quarto livro do ciclo, quando o Marajó deixa de ser o cenário principal da narrativa, que os heréus

cedem seu lugar, como coadjuvantes da intriga principal, aos baronetes falidos. Nesse plano a família de Seu Cristóvão é substituída pela família Alencar; o ambiente decadente de Cachoeira pelo ambiente decadente da *Passagem dos Inocentes*. Porém, se mudam os cenários, permanecem na obra os temas de fundo, as grandes lições presentes no universo dos heréus (identificados com as elites prejudicadas pela crise do látex de 1912), mesmo porque Dalcídio Jurandir era um heréu ele próprio.

Dentre esses temas, centralmente, o fatalismo e o sebastianismo. Esses componentes centrais do padrão ético dos heréus marajoaras – e quem sabe, talvez, dos brasileiros deserdados da sociedade – reverberam em muitos discursos, falas, silêncios, conformando códigos de uma identidade híbrida, marginal, periférica. Reunindo os elementos encontrados, comparando-os, é possível perceber um padrão discursivo a aproximar Jurandir, sua literatura e o plano intersubjetivo da sociedade amazônica. É possível ler a sociedade amazônica, e centralmente as dinâmicas de exclusão e negociação identitária de algumas de suas populações tradicionais, por meio da obra de Jurandir.

De certa maneira, a obra se gera como um conflito teórico entre o fatalismo e as condições materiais para a sua superação. Um dos motores da obra de Jurandir é esse princípio de realidade, centrado na tese da superação dialética. Porém, não se deve confundir a crítica ideológica operada pelo autor com um reducionismo tópico da condição social do amazônida. Efetivamente, Jurandir opera uma síntese ampla da sociedade amazônica, desvelando uma Amazônia profunda, complexa, mestiça, rural como urbana, marcada pela floresta mas não *determinada* pela floresta.

O *Ciclo do extremo norte* tem dois temas recorrentes: a exclusão – seja do homem em relação ao universo e à sociedade, seja da população cabocla da região amazônica em relação à sociedade nacional brasileira – e a hibridação como processo social. Observando o Ciclo dalcidiano como um “romance de aprendizagem”, Massaud Moisés assinala o seu caráter móbil, complexo, universal:

“Hesitando entre o documento e a biografia, colocando lado a lado as notas psicológicas e as líricas, narra a trajetória existencial de um menino pobre, mestiço, que pouco a pouco descobre suas discriminações. O homem perante o universo natural e citadino, num diálogo dramático que a progressiva tomada de consciência dos problemas sociais aguça, eis, em síntese, a substância desse ciclo torrencial, apaixonado, estuante da vida em movimento” (1996, p.21).

Um ciclo romanesco que poderia ser visto como uma “obra de síntese”: como a tentativa de reunir a complexidade humana e social do homem amazônico sem reduzi-lo de suas contradições, sem pretender explicá-lo ou transfigurá-lo em sua tipicidade, sem, enfim, reduzi-lo de sua condição humana, superior como se sabe, embora não o saibam os discursos mais fechados sobre a identidade, à condição regional, ou local.

A nosso ver, a obra de Jurandir ressalta-se por sua dimensão sociográfica. Ela não reduz a identidade a uma tipicidade, mas a explora como contradição. Não há identidade pré-definida em nenhum dos personagens do romance, todos são sujeitos sociais nos quais reverbera uma intersubjetividade que é feita mais de incertezas do que de certezas. O caboclo amazônico, bem como o heréu marajoara, é um ser cuja identidade é denegativa. E, não havendo orgulho em fazer parte dessa identidade, a identidade se move dialeticamente, por um princípio de contradição que não a diz como um *à priori* dado, mas como um elemento de disputa e expurgo, como um capital simbólico e, ao mesmo tempo, econômico.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Rosa, *O vocabulário popular em Dalcídio Jurandir*, Belém: ED. UFPA, 1992.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. *Les Heréus du Marajó. Etude sur un système agraire de l'estuaire amazonien*. Dissertação (master in arts) Paris, Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris 3), 2002.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. Os heréus de Marajó. *Elaboração de um sujeito, Novos cadernos Naea*. Belém, v. 4, n. 1, jun 2001.

- JURANDIR, Dalcídio. *Chove nos campos de Cachoeira*, 3. ed. Belém: CEJUP, 1991.
- MALIGO, Pedro. Ruínas idílicas: a realidade amazônica de Dalcídio Jurandir, *Revista da USP*, São Paulo, n. 13, 1992.
- MAUSS, Marcel (1950) Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. In *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Quadrige / PUF, 1991, p. 143-279.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: modernismo*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1996,
- NUNES, Paulo. Aquanarrativa: Uma leitura de Chove nos campos de Cachoeira, de Dalcídio Jurandir. In: NUNES, Paulo; FARES, Josse. *Pedras de encantaria*. Belém: Universidade da Amazônia, 2001.